

A Teoria Crítica de Paulo Arantes: *golpe-de-novo-tipo e a ditadura sem cerimônias*

Yuri Martins-Fontes

Paulo Eduardo Arantes, professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, é um intelectual marxista ativo, que há mais de uma década coordena semanalmente, na FFLCH, o concorrido “Seminário das Quartas” – espaço de reflexão, debate e formação político-filosófica em que se trata de diversos temas urgentes da sociedade contemporânea. Tendo estudado inicialmente física, militou pela Juventude Universitária Católica e graduou-se em filosofia pela USP, no cálido fim dos anos 1960, quando a ditadura militar acirrava sua repressão; doutorou-se em Nanterre (França). Trabalha em especial as áreas de história da filosofia, ética e filosofia política, e filosofia brasileira, considerando-se um pesquisador da “teoria crítica do mundo contemporâneo” – pensamento centrado na interpretação crítico-dialética do sistema capitalista em todos os seus aspectos de opressão (social, econômica, cultural, política).

É autor, dentre outros livros, de: *O sentimento da dialética* (1992), *Um departamento francês de ultramar* (1994), *Ressentimento da dialética* (1996), *O fio da meada* (1996), *Zero à esquerda* (2004), *Extinção* (2007), e da recém-publicada obra de ensaios *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência* (2014) – na qual discorre sobre nossa época marcada por uma *guerra contínua*, por uma crise generalizada, sociopolítica e ambiental, que concorre para a ausência cada vez maior de expectativas.

Nesta entrevista*, o professor discorre sobre esse cenário preocupante, cujas consequências começam a se evidenciar, como no caso do recém-consumado golpe de Estado que acometeu nossa tão jovem democracia – aliás, nossa tão frágil democracia, posto que, como ele afirma, vivemos ainda os ranços da ditadura militar de 1964, cujas “cláusulas pétreas” seguiram intactas, de modo que o *golpe de 2016* poderia ser visto antes como o despertar do golpe militar de há meio século: a retomada de voz de uma ditadura que, embora calada, permaneceu viva e firme nos interstícios estruturais de nossa sociedade.

* Colaboraram: Lincoln Secco, José Fernando de Azevedo e Mariana Mendonça Meyer.

Paulo, primeiramente, obrigado por esta oportunidade de diálogo. E como a presente conjuntura farsesca em que vivemos parece não dar tréguas, comecemos esta conversa pelo fim: o golpe *versão 2016*, que afinal se consumou (em sua primeira etapa) no mês de agosto passado.

Durante todos esses meses de crise aberta, você se manifestou em mais de uma ocasião acerca do emprego problemático da palavra “golpe”, que entre outras acepções serve para designar antes de tudo um sintoma da “aceleração” de um processo maior de “desintegração”, aliás evidente mundo afora – basta se observar a ocorrência propriamente nítida que foi a recente saída britânica da União Europeia. Num de seus recentes ensaios – “1964, o ano que não terminou” –, você comenta a tirada do psicanalista Tales Ab’Sáber, que ao responder à pergunta “o que resta da Ditadura?”, saiu-se com uma ironia: “Tudo, menos a Ditadura!” – o que na sua opinião seria uma maneira de dizer que a Ditadura cumpriu seus objetivos de guerra, ao mudar radicalmente o Brasil. E mudou: mudou para o que se está vendo agora. Vivemos assim um golpe dentro do golpe?

Como compreender o descabro institucional atual? Trata-se de uma *ditadura perene*, que estava apenas calada e agora resolveu mostrar as caras? A “quadrilha” que se reúne em nosso Congresso *picareta*, com “adjacências na Suprema Corte”, o ainda vigente tabu que envolve a discussão sobre a anistia aos torturadores, a completa falta de democracia da mídia corporativa, a criminalização dos movimentos sociais e, enfim, o sistema político e judiciário corrompido que resiste a qualquer tentativa de modificação seriam provas de que o Brasil não saiu das amarras conservadoras impostas pela ditadura que se implantou no país em 1964?

Paulo Arantes: Comecemos pelo jogo viciado entre as palavras e as coisas. Dizem que a tal narrativa do golpe foi ideia de marqueteiro – além do mais, palaciano. E colocou... Também, que não só está salvando a cara da desmoralizada máquina petista (gritamos “Golpe!” porque “não temos nenhuma outra explicação”, ou pior, “não queremos dar nenhuma satisfação a ninguém”), como providencialmente é a única denominação que deixa os “golpistas” enfurecidos, sobretudo porque uma parcela considerável da mídia internacional comprou a ideia – tal o ostensivo caráter fraudulento de todo o processo, que por certo é farsesco e descaradamente transpira corrupção e conchavo por todos os poros.

Aqui uma primeira novidade: como observou um promotor do Tribunal Penal Internacional, na América Latina (mas não só, e tendo em vista os casos exemplares do Brasil e da Argentina), a onda das ditaduras do tempo da Guerra Fria reciclou seu sistema de poder, refuncionalizando a corrupção estrutural, cuja engenharia básica remonta precisamente à blindagem propiciada pelos regimes de exceção. No ensaio que você mencionou também puxo um pouco por esse fio a hipótese de que o que resta da ditadura não são só patologias residuais, que ao fim e ao cabo a democracia restaurada eliminaria. Como não lembrar dos megaprojetos podres do Brasil-potência de então – à vista, por exemplo, do poço de corrupção sem fundo de Belo Monte, para não falar do desastre social igualmente de proporções amazônicas? Por esse prisma, faz então sentido, mas *noutro* sentido – que não o da rele apologia do regime que acaba de virar pó –, dizer que a grande manobra de agora destinava-se sim a assegurar a continuidade das operações de financiamento criativo do condomínio armado lá atrás, uma vez expurgada a casta político-empresarial de seus *penetras* petistas. Nesse sentido, de fato, foi um *golpe dentro do golpe*. E como tantos outros atos de força, sempre com força de lei – é claro. Por exemplo, temos o golpe da reeleição de FHC, sem o qual corria risco de se desmanchar o capitalismo de compadrio e cupinchas (*crony capitalism*), recém-desenhado pelas privatizações em curso. Outro golpe dentro de um golpe maior, ou melhor, um “recibo de golpe”, foi a *Carta aos Brasileiros* de 2002, pela qual os novos *sócios menores* se comprometiam não só a não tocar num fio de cabelo do dito arranjo do nosso “capitalismo de laços”, como ainda se propunham a aperfeiçoá-lo, o que de fato fizeram – e tão bem, que acabaram perdendo o emprego, por excesso de zelo.

Dito isso, é preciso acrescentar que, a ser assim, um mandato presidencial cassado por um tribunal comandado pelo *Sindicato do Crime* (que se conhece), uma tremenda virada de mesa justamente para não fechar o cassino, um golpe baixo, torna-se por isso mesmo um empreendimento de altíssimo risco, à mercê do primeiro *acidente*, no caso, o acidente emblemático do nosso tempo, o *vazamento* – os *WikiLeaks* da vida que o digam. Tanto quanto a política dita representativa, não por acaso hoje em estado terminal, não há golpe que resista aos contragolpes da circulação em velocidade digital de segredos e mentiras vazados em rede. Corre por esse trilho o par conjugado da moralização e da judicialização da política. Assim, nem bem consumado, um golpe pode já ter entrado em crise, e dela, por definição, não pode mais sair. O *golpe-de-novo-tipo* talvez seja um pouco isso. E como só há fachadas, sujeitas a vazamentos por todos os lados (o Supremo operando no varejo), o

cenário se apresenta de tal modo, congestionado por conspirações, que ninguém enxerga mais nada a não ser complôs.

Reforçada por essa desmoralização generalizada, a sensação de colapso estratégico é muito forte, o que novamente compromete a ideia superlativa de um golpe com Estado-Maior e tudo. Para não falar na comparação com 1964, que para a esquerda defenestrada parece ter se tornado ponto de honra – ser decapitada pelo Império em pessoa.

Se a *Carta aos Brasileiros* já fora um “recibo de golpe”, permitindo aos “penetras” petistas ingressarem por um tempo na “casta político-empresarial”, se o lulismo trouxe poucas conquistas substanciais no tocante às estruturas de poder nacional, por que tanta diligência da direita neoliberal em construir este golpe parlamentar-jurídico-midiático tão custoso a sua – já desgastada – imagem internacional? Por que tanto esforço nesta tática de *terra arrasada* que, em seu ímpeto por destituir – e destruir – o PT, aprofundou o debilitamento da economia do país?

Paulo Arantes: É flagrante a desproporção entre meios e fins. Numa entrevista de março deste ano, um economista independente, malgrado vínculos históricos com o PT, como todos nós de resto, se perguntava exatamente isso: por que esse desespero de tirar o PT do governo a qualquer custo, por que esta gana toda contra Lula e Dilma, por que diabo essa coisa de golpe a essa altura da vida? Nenhum grande interesse fora de fato afetado, nenhuma das tais “conquistas” decorria de mudanças estruturais, salvo excitar a *demofobia* imemorial do brasileiro mal e mal remediado. Mas daí a entornar o caldo, dar um golpe para fazer caixa, com privatizações ou congelamento de recursos orçamentários, ou esterilização da CLT, ou dar mais uma volta no parafuso da Previdência, etc... A lista poderia ser estendida indefinidamente, sem que no entanto atenuasse a dita sensação de incongruência histórica – ao contrário de 1964, cuja violência extrema assinalava a virtualidade da alternativa que estava sendo extirpada para valer, em princípio para todo o sempre.

Guardadas as devidas proporções, embora a meu ver se trate de um mesmo sintoma de época, não faz tanto tempo assim, muita gente também se perguntava por que diabo Bush teria invadido o Iraque. Com certeza o petróleo, Israel, o complexo industrial-militar, etc., pesaram – mas a conta não fechava. Por quê? Talvez porque se estivesse formulando a pergunta nos termos da antiga racionalidade estratégica, do tipo: a que política aquela

guerra de dissolução do Estado e da sociedade iraquiana estaria dando continuidade por outros meios? Não me parece trivial uma das respostas então dadas: a nenhuma! Creio que foi naquele momento que a esquerda começou a bater na tecla da irracionalidade, um mal disfarçado apelo à razão enquanto sinônimo de equilíbrio e bom senso, como na grita de agora diante do abandono britânico da União Europeia, ou diante da resistível ascensão de Donald Trump, como se na persona *establishment* puro-sangue Hilary Clinton se encarnasse toda a razão que sobrou no mundo. Continuando: naquela quadra, mesmo a esquerda mais exigente, confrontada com o “caos” atizado pelas iniciativas de Bush no Oriente Médio, não escondia sua perplexidade diante de tamanha e aberrante interrupção do cálculo capitalista (bem mais de um trilhão enterrado no deserto), sem saber onde terminava o surto de insanidade social e começava a rotinização do impensável.

Pensando bem, e novamente feitas as ressalvas óbvias, há um toque suicida muito forte no nosso golpe corrupto de agora, bem como na surpreendente catatonia do bloco destituído, e mansamente a caminho da guilhotina. De novo, porém noutra chave: tudo isso para meter a mão em fundos públicos que talvez sequer existam nessa nova era de desvalorização? E convenhamos que “tudo isso” não é pouca coisa. Mais ou menos assim: admitamos que a palavra de código para o golpe a caminho tenha sido “tempestade perfeita”, é só ler as colunas de pouco mais de um ano antes, anunciando que cedo ou tarde o tempo iria fechar graças à convergência de pelo menos três tsunamis: a rua massivamente tomada por uma horda vociferante, sucessivos PIBs negativos, e o efeito de choque de um megaescândalo de corrupção – o conjunto arrematado pela corrosão de uma base política de aluguel e popularidade presidencial de um dígito. Não há prancheta de Estado-Maior invisível que coordene, além do mais *in vitro*, justamente “tudo isso”. Todavia o *timing* perfeito de toda a manobra, o encaixe excepcional de todas as peripécias, não impressionam menos. Mas de novo é gritante a desproporção entre meios e fins: o flagrante déficit de racionalidade estratégica dessa guerra, que pode ser revertida por uma análoga tempestade perfeita de sinal trocado, uma outra onda tóxica de “vazamentos” orquestrados pelos mesmos agentes, por mais que os golpistas da hora se congratulem pela torneira enfim fechada.

Ainda no capítulo das continuidades e rupturas de época, resta a guerra de que há pouco falávamos: será a mesma? Serão comensuráveis um golpe desfechado em plena Guerra Fria, concebido além do mais como uma vasta operação de contrainsurgência e, meio século depois, um golpe desferido no vazio de qualquer escalada política ou coisa que o valha, e ainda por cima arrastando-se por nove longos meses, transmitido e comentado ao

vivo? Ao saudar a memória do torturador-mor do DOI-Codi, em sua declaração de voto pelo impeachment, o deputado Jair Bolsonaro respondeu que sim, não só são comensuráveis, mas o golpe de agora é a confirmação do outro – caso pairasse alguma dúvida a respeito da cláusula pétrea da anistia concedida aos “crimes conexos”, a grande violência política sobre a qual repousam os pactos de fundação do Brasil contemporâneo. Na visão inquietante do jornalista Marcelo Godoy (autor de uma “biografia” do DOI-Codi, “a casa da vovó”, como os seus operadores chamavam aquele centro de sequestro, tortura e morte), aquele gesto infame foi um verdadeiro ato de guerra. E que não acabou; esse é o recado: a redemocratização apenas mudou a guerra. Mas qual guerra? Um outro jornalista dá uma pista. Depois de ler uma resenha norte-americana de meia dúzia de livros sobre Obama e os *drones*, Mário Sérgio Conti armou a seguinte regra de três: a destituição de Dilma estaria para a democracia, assim como os drones para a guerra, ambos reduzem os danos colaterais causados por tanques nas ruas, têm legalidade frágil e se estribam em evidências manipuláveis, destroem inimigos mas provocam revides. Dilma teria sido atingida por um *drone jurídico*, calibrado pela oportunidade da tempestade perfeita que vinha se formando. E assim como os drones embaralham guerra e paz num mesmo lodaçal jurídico, não há como saber, nem é preciso, se Dilma foi abatida por um ato constitucional ou um golpe de força. Como na “espiral de irracionalidades” da guerra do Iraque, não dá para distinguir caos programado demandando gestão idem, ou desastre estratégico. Na conclusão do mesmo Mário Sérgio, esse golpe gambiarra teria inaugurado uma *democracia drone*. Até as pedras de Brasília sabem que Lula encabeça uma *kill list*.

De fato mudou a guerra. Para alguns analistas dessa nova guerra sem risco por meio de assassinatos seletivos ou “focados” (*targeted*), a *dronização* das operações aponta para uma mudança significativa de paradigma, da contrainsurgência destinada a conquistar corações e mentes (uma resposta político-militar à guerra revolucionária com a qual os franceses se defrontaram na Indochina), para o atual modelo antiterrorista (não por acaso já temos uma lei a respeito, promulgada pelo governo Dilma no apagar das luzes), de corte policial-securitário. Como este último é uma estratégia de erradicação, não se trata mais de ocupação e gestão de territórios, mas apenas de eliminar à distância a ameaça, trata-se portanto de uma guerra sem vitória, e por isso permanente, pois a cada cabeça cortada em seu público-alvo, uma outra se levanta – daí a *húbris*, girando a manivela, fazer com que a velocidade de eliminação dos indivíduos supere a do seu recrutamento. Ao invés de conquistarem corações e mentes, drones geram ondas de ressentimento nas regiões visadas. Politicamente são desastrosos. Tal como o *drone jurídico* que atingiu Dilma, multiplicando na

semana de pós-golpe o público-alvo nas ruas, e que com o tempo acabará naturalizando o tiro ao alvo em presidentes mal nas pesquisas. Mas por esse atalho dá para se ver que o golpe gambiarra de agora – que não veio estancar nenhum processo ascendente e combativo de construção nacional, pelo contrário, a engenharia social que já vazava era ela mesma uma outra enorme gambiarra –, não cabe na sua premissa de 1964, salvo pela reiteração das mesmas cláusulas pétreas da normalidade que se seguiu ao recesso da Ditadura.

Toco em mais um ponto e encerro este rodeio em torno desse falso divisor de águas, o teatro farsesco de agora, cujo primeiro ato se encerrou com o “fatiamento” da destituição, e o segundo mal está começando. Penso na assim chamada militarização ou regulação armada de uma sociedade antagonica como a nossa, desde o *modus operandi* da PM, que obviamente foi plantado na Ditadura e cultivado pela autoabsolvição dos torturadores, à gestão do empreendedorismo nos territórios em perene conflito com a lei, passando pelo urbanismo de controle securitário, etc. Nada a ver com a infiltração da caserna nos anéis burocráticos dos tempos da Ditadura, assim como o prolongamento urbano da Doutrina de Segurança Nacional não tem como desenho geral uma sociedade em ordem unida.

Embora assinale uma tendência real, a palavra militarização pode enganar, pois ocorre numa sociedade tão pós-militar, como a dos países centrais – basta reparar na obsolescência do antigo serviço militar, consequência da profissionalização das guerras atuais, preponderantemente de manutenção da ordem. Não esperamos por nenhum golpe, gambiarra ou não, para ver essa tendência de fundo se configurar, por mais que pela frente tenhamos operações militarizadas de garantia da lei e da ordem em dose dupla. Outro capítulo, no entanto, seria a metamorfose do inimigo interno, que segue de perto não a mutação da política como combate “pacificador” (as aspas também são um outro capítulo), mas sua nova explicitação, depois do interregno “dialógico” que embalou o campo participativista; o que nos devolveria à guerra declarada em 1964. Como se vê, não dá para cortar esse nó.

Seu novo livro, *O novo tempo do mundo* (Boitempo, 2014), é permeado por um bem compreensível desencanto com a sociedade, salpicado com seu humor subversivo característico. De fato, como pondera Gramsci, o marxismo em sua crítica realista da sociedade, enquanto teoria deve comportar pessimismo, embora simultaneamente ofereça um elemento utópico vital (“mítico”, diria Mariátegui) – que dá ânimo à luta concreta por uma alternativa à barbárie. Neste contexto

distópico, de “expectativas decrescentes”, que você percebe na história recente, você considera que seu livro, ao invés de denotar certa resignação, traria antes a constatação de que é preciso cautela – e bom-humor – para enfrentar a irracionalidade civilizacional autodestrutiva, de modo a promover uma renovação da crítica a esta degradante “continuidade”?

Em sua obra, você expõe que nossa sociedade, imersa no atual cenário de crise de paradigmas e valores, está submetida a uma estrutura policialesca – militarização de favelas, perseguições jurídicas a militantes sociais, violência contra professores (aliás, vide recentes greves esmagadas com violência no PR e SP por governos tucanos). Diante deste panorama de “brasilianização do mundo”, de “periferização” generalizada; desse presente social saturado de informação, mas *desinformado* (pois que não é apto para digerir e filtrar o todo disperso que recebe); nesta época marcada pela educação reduzida aos fetiches da inserção mercadológica, em que uma suposta “nova classe média” (consumidora, e até mesmo diplomada) traz as mesmas ambições mesquinhas das elites, enquanto a classe média “tradicional” visivelmente se fascistiza; nesse cenário, em suma, desolador, quais seriam os possíveis elementos que poderiam nos sugerir um novo *rumo histórico*, no conceito caiopradiano – um novo *sentido*?

Será que esta *nossa era* de “perpétua emergência”, fruto do descrédito nas *experiências* e da queda no *horizonte de expectativas* – na análise de Reinhart Koselleck, com quem você dialoga –, compreenderia já indícios nítidos do desencanto com as limitações do *progressismo* ou *desenvolvimentismo* modernista precedente? Ao longo do livro, você dá a entender que o “novo tempo do mundo” tem início com o fim de uma “trégua”: esse momento seria aquele em que os desamparados passam a ser menos – por assim dizer – *aquiescentes*?

Paulo Arantes: Começamos pela acepção em que a palavra “trégua” está sendo empregada. Sobretudo porque o período a que se refere, os trinta anos gloriosos de crescimento e pleno emprego, como os franceses batizaram as três décadas de prosperidade puxadas pela reconstrução da Europa destruída pela guerra, transcorreram numa outra guerra, a Guerra Fria – a qual, nem por ser uma guerra imaginária, impossível de ser travada, nunca deixou de ser uma possibilidade diária durante 40 anos, beirando por vezes o apocalipse nuclear, como na crise dos mísseis cubanos em 1962. Mesmo sendo uma impossibilidade estratégica no centro, na periferia foi uma guerra quente do princípio

ao fim. A América Latina que o diga. A rigor, a ser tomada em sua acepção literal, trégua mesmo só aconteceu durante um par de anos, entre o fim da Segunda Guerra e o início das primeiras hostilidades do novo conflito global, entre 1947 e 1948. Aliás, houve quem observasse que 1948 teria sido de fato o último ano da década de 1930, e com o seu término histórico, veio o fim da coalizão antifascista, que chegou a ser mundial, como se sabe. Em 1947, os primeiros golpes começaram a pipocar na América do Sul. Neste ano, só para lembrar, o Partido Comunista no Brasil foi proscrito e voltou à clandestinidade. Mesmo efêmera, aquela trégua real de dois anos durou o bastante para enraizar, no imaginário progressista dos que haviam derrotado o nazifascismo, a crença de que o ano de 1945, com Hiroshima e tudo, representara de fato o verdadeiro marco zero de uma nova civilização – sem notar que a ideia mesmo de *reconstrução de uma civilização*, que se autodestruíu, não parece fazer muito sentido.

Pois bem. A acepção em que tomei a palavra trégua deriva de um romance de mesmo título de Primo Levi (sobre um grupo de sobreviventes dos campos de concentração que perambula em meio aos escombros da Europa nos primeiros meses do Ano Zero) e vai na direção dessa perplexidade: como assim, “recomeça”? Só pode ser uma “trégua”! Percepção totalmente contraintuitiva, tal o futuro daquela ilusão dos trinta anos vindouros de Estado Social europeu; miragem que a esquerda cultivou até o osso – a ilusão da revolução sem que esta tenha ocorrido, na boa formulação de Marildo Menegat. Tanto foi assim, que Hobsbawm chegou a chamá-los de Era de Ouro, sem se dar ao trabalho de explicar tal oásis parido por uma guerra civil de trinta anos, primeiro europeia, depois mundial, acelerada em outubro de 1917. A esquerda pagou um alto preço político pela fantasmagoria dessa trégua com cara de paz perpétua; pois essa fisionomia pacificada, porém congelada, ofuscou a percepção da anomalia daquela normalidade de fachada.

Preciso agora de um rodeio para explicar melhor o que vem a ser o fim da trégua. O colapso da civilização liberal-burguesa parecia, no início de 1945, completo e irreversível; além do mais, ninguém teria se deixado massacrar numa guerra total a troco da mera restauração de uma ordem social, cuja verdade o fascismo revelara. Deu-se então o desfecho para o qual não se dispunha de conceito: a sociedade capitalista se decompôs, sem que o passo adiante da revolução tivesse sido dado. Por assim dizer, um outro capitalismo entrou em cena, porém política e socialmente deslegitimado pela catástrofe que ocasionara. Um outro Estado também. Um Estado capitalista por certo, porém redesenhado por um novo imperativo: crises, como a de 1929, que jogara o mundo na Grande Depressão e na Guerra Total, nunca mais. A sociedade burguesa continuava tão antagônica como antes,

afinal a revolução não comparecera ao encontro marcado com a guerra antifascista, antagonismo no entanto recalcado por um capitalismo igualmente livre de crises sistêmicas, graças à regulação de um Estado Providência, a rigor restrito às antigas metrópoles coloniais europeias, reconstruídas por um pacto social nascido da carnificina continental. Continuo o sobrevôo. A teoria crítica materialista, que desde o seu nascedouro lá atrás, em meados do século XIX, concebera o mundo como crise e, como tal, pacientemente acumulou forças à espera do ponto ótimo de um desenlace de superação, viu-se desarmada diante de um cenário impensável: o desenvolvimento exponencial das forças produtivas, legitimando a carcaça de uma sociedade salarial à sombra do empate catastrófico da Guerra Fria, uma simbiose demoníaca entre uma afluência jamais vista – todas as classes antagônicas confundidas –, e prontidão para uma última guerra de aniquilação. Alguns chamaram o monstro, agora imune a crises sistêmicas, de *sociedade totalmente administrada*, querendo dizer com isso, entre outras coisas, que a trajetória implosiva anterior fora apenas retardada pela vitória militar sobre o nazifascismo, mas não se interrompera. Ganhou-se tempo, tão somente. Uma trégua, portanto. O consenso keynesiano-fordista do pós-Guerra selara quando muito uma saída de emergência, por assim dizer, contra a natureza do capital, reduzido a uma inverossímil máquina econômica de prosperidade redistribuída na forma de contraprestações sociais. Esta, a fórmula mágica da paz propiciada pela trégua paradoxal da Guerra Fria. Conformou-se assim um capitalismo esdrúxulo, que muitos batizaram de *tardio*, em que o capital precisava “comprar” sua legitimidade com proteção social e pleno emprego, conforme o pacto de guerra passado pelos Estados beligerantes – um armistício, em suma. Mas como “a guerra é sempre”, nas palavras de um sobrevivente de Primo Levi, o capital em pessoa, ao fim e ao cabo desvencilhou-se de sua camisa de força tecnocrática, como fator de produção politicamente administrado, e simplesmente rompeu a trégua – numa conjuntura (os longos anos 1960) em que as crises de legitimação se encadeavam uma na outra, alcançando um auge mundial em torno de 1968. Mas não foi uma restauração pura e simples, longe disso. Como a trégua era emergencial – por isso era apenas uma trégua aquele casamento forçado entre democracia social e capitalismo engessado –, abriu-se uma crise de novo tipo, a crise na qual vivemos há quarenta anos.

Corrida contra o tempo, fuga para a frente, etc. Variam as descrições desse estado crítico paradoxal em que o capital parece ter invertido o jogo e se tornado ele mesmo a fonte exclusiva de toda legitimidade, diante do qual os outros personagens deveriam prestar contas – trabalhadores, estado social, democracia, etc., cujas demandas estavam começando a emperrar o rendimento daquela máquina de crescimento que se julgava regulada para

todo o sempre, quando na verdade tratava-se de uma pausa momentânea na dinâmica destrutiva, cuja aceleração, como lembrado, tornou-se explosiva nos vinte anos de crise, entre 1919 e 1939. Deu-se então uma tremenda reviravolta. O consentimento do seu antagonista, que antes fora politicamente barganhado em troca da proteção social como prêmio de guerra (e uma espécie de alienação meia-sola no chão de fábrica, ao contrário da subsunção total de hoje), passou a ser “comprado” (estou estilizando uma hipótese de Wolfgang Streeck, como se deve ter notado, acerca dos muitos fins do capitalismo, por sua vez uma inspirada atualização de Karl Polanyi, a meu ver indispensável, este último, para entender como e por que a próxima onda é o fascismo) – isso, literalmente comprado e com dinheiro cada vez mais sem valor, pelo menos aquele valor gerado pelo agenciamento empresarial do trabalho abstrato. Primeiro comprou-se o consentimento a uma coerção social sem sentido (pois afinal, não era consensual que se havia cruzado a linha da escassez que outrora justificara a necessidade material da exploração?), através da inflação alimentada por um Estado Social também estrangido a legitimar-se, substituída, por inviabilidade óbvia, pelo endividamento público, por sua vez corroído pela crise fiscal que abriu as portas para o endividamento das famílias, e por aí afora. O enredo é bem conhecido, de crise em crise, dentro da mesma Crise administrada por esse mecanismo de “compra”, até o limite do suicídio pela *Austeridade* de agora, que não é pura perversidade antissocial, embora também o seja, mas falta absoluta de espaço para onde fugir.

Mas essa grande manobra não seria possível se não sobreviesse o até então inconcebível: uma espécie de identificação com o agressor em escala mega, a adesão de corações e mentes reconquistados pelas artes do consumo de massa, fato ancorado por seu turno na reviravolta espetacular de uma China-fábrica-do-mundo. Essa a mágica: o mercado legitimou-se, e mesmo, ou sobretudo, glamurizou-se, aos olhos de uma massa de remediados, pobres e despossuídos que se ajustaram lealmente aos novos imperativos. Mais uma vez: não foram os de baixo que romperam a trégua por recusarem seu assentimento ao arranjo econômico do pós-Guerra, que o capital precisou engolir para se tornar politicamente aceitável depois da catástrofe que provocara, mas foi sim a “insurgência” dos detentores e proprietários do capital que acabou condenando o Estado a comprar a confiança dos mercados no sistema, sistema que ele, Estado, havia articulado junto com a reconstrução da Europa em ruínas.

O fim da trégua, e com ele *o novo tempo do mundo*, é então uma crise sem fim, e nas suas várias dimensões – da crise da sociedade do trabalho, ao colapso ambiental, passando pelas “novas guerras”, na verdade, guerras de gestão desta mesma crise –, e compra de tempo,

em dinheiro vivo, porém cada vez mais sem lastro, salvo o das armas do emissor hegemônico do dinheiro mundial. Em princípio, é um mecanismo socialmente apaziguador; destina-se a ganhar tempo e adiar mais um pouco a explosão que vem – ou que retornará, para ser mais exato. Os primeiros sinais explosivos da virada vieram à tona logo no início dos anos 1980: motins urbanos em 1981, na França e na Inglaterra. Outro sinal dessa crise sem fim, ao longo da qual os freios de emergência são descartados um a um, é a cronificação dessas irrupções autodestrutivas e efêmeras. Na França, há mais de três décadas, fins de semana incendiários são rotina. Assim, na saída da trégua de trinta anos, a França foi se descobrindo cada vez menos pacificada – ou não tanto quanto se imaginava –, como se a linha ascendente do processo civilizador, na expressão de Norbert Elias, se invertesse numa queda tão espantosa quanto a nova pobreza que estava se espraiando. Pois, o novo tempo do mundo também se expressa, mas não só, nos cinturões urbanos da miséria, nesta justaposição indefinida de um ciclo de revoltas que se segue a outro de torpor e de apatia. Como o mundo se periferizou, tudo isso deveria soar familiar.

Sendo assim, é possível afirmar que em nosso país as manifestações de junho de 2013 – que você considera uma “ruptura” na trajetória brasileira – teriam sido o estopim de uma retomada análoga das hostilidades, já que estamos falando de armistícios rompidos? Tratou-se do fim de nossa “trégua”, do esgotamento do pacto de classes acordado sob o neodesenvolvimentismo lulista?

Paulo Arantes: Agora nós... Quer dizer, se todas essas variações sobre a noção de trégua têm cabimento, como ficamos, vistas as coisas pelo prisma do horizonte brasileiro de expectativas? Pois afinal é disso que se trata, se política for mais do que disputa e gestão de fundos públicos cada vez mais fictícios. Pois bem, por esse prisma, o da grande espera de um reencontro com o futuro prometido, no desenho original da máquina de moer gente chamada Brasil, a simples sugestão de que a parte que nos coube na Era de Ouro do capitalismo mundial tenha sido igualmente apenas uma trégua entre duas emergências – respectivamente denominadas por Hobsbawm, “Catástrofe” e “Desmoronamento” –, soa igualmente como um disparate, e não apenas se confrontado (tal juízo arrevesado) com os lendários anos dourados do pacote JK-Brasília-Bossa Nova, mas no conjunto do assim glamurizado impulso épico de superação do subdesenvolvimento. Sem falar que, tanto ou mais do que na Europa, por aqui a vitória aliada sobre o nazifascismo, que de cambulhada arrastara consigo o Estado Novo, também despertou um ciclo de *Grandes Esperanças*,

igualmente resistente aos desmentidos da realidade. Por exemplo, o golpe de 1964. Demonstração devastadora não só de que *desenvolvimento*, como estratégia de convergência entre periferia e centro, e Guerra Fria são contemporâneos, e que o fim de uma é o colapso de outro, mas a prova dos nove da conexão interna entre as formas da guerra e o desenvolvimento como projeção de poder – antes de tudo, pela seleção dos inimigos internos, os retardatários nessa corrida em que há 200 anos o capitalismo foge do seu fim, tratando sempre de correr um pouco mais depressa do que a sua tendência para desmoronar. A Ditadura foi sobre isso. Posso apenas mencionar que a estratégia asiática recuperadora também assumiu a forma “autoritária” desenvolvimentista, além do mais, no âmbito de um real protetorado norte-americano. Aliás, e por também ser revelador das patologias vindouras, é bom lembrar que o PT original nasceu visceralmente antidesenvolvimentista, o que espero seja levado em conta na hora do juízo final.

Mas a pergunta refere-se a uma outra trégua, mais próxima de nós e de sua acepção literal, ou melhor ao fim de uma trégua – o pacto conservador lulista, cuja roupa nova andou flertando com o desenvolvimentismo e seus rituais de destruição dos refratários. Ostensivamente, essa trégua rompeu-se em Junho, mas a fratura vinha de muito longe, pelo menos desde os tempos da grande inflação, que por sua vez brotava do poço sem fundo da dívida que explodira com o *default* mexicano, como se há de lembrar. E como observado há pouco, foi naquela circunstância de colapso da pressão desenvolvimentista de meio século, que o novo tempo do mundo nos alcançou e se impôs, igualmente, pela lógica da fuga para a frente, graças à compra do tempo. Volto a insistir: o PT nasceu antes de tudo daquele colapso, mais exatamente do colapso da construção de uma sociedade do trabalho no Brasil, iniciada lá atrás, na Era Vargas. Pois bem. Assim como ocorre no núcleo orgânico, compra-se, desde então, tempo para assegurar a sobrevivência da pacificação social do pós-Guerra na periferia brasileira, recém-saída da Ditadura e tendo que encarar a escalada paradoxal de uma violência inédita – que se infiltrara numa democracia que nascera toda torta – e dos altos conchavos de que se sabe. Também se procurava encontrar a “fórmula mágica da paz”, mas a urgência era outra. Bem como a genealogia das sucessivas pacificações a que, em grande medida, e sem muito exagero, se resume o processo de imposição do capitalismo nas beiradas da economia-mundo.

Por aqui, pacificação será sempre com aspas. O marco zero desse eufemismo pode ser encontrado no *modus operandi* do Império do Brasil, confrontado com as rebeliões da ralé colonial, no período da Regência, que brotavam dos impasses do inorgânico – como diria Caio Prado. Reportando-se a um estudo sobre a Cabanagem, caso único de chegada ao

poder de uma insurreição popular – cujo território insurgente foi reconquistado através do extermínio de um quinto da população da Amazônia –, a historiadora Vera Malaguti Batista recuperou o sentido histórico daquela crueldade padrão, inerente à visão catastrófica bestial do povo miúdo pela ótica turva do senhorio, a começar pela sua denominação de origem: precisamente “pacificação”, cuja raiz remonta com certeza a um outro teatro da crueldade, o Império Romano. Depois de observar que desde então pacificação encontra-se no cerne dos processos de centralização do território brasileiro, Vera Malaguti operou o curto-circuito no qual passamos a viver faz algum tempo, reconhecendo sua digital cruenta no coração da trégua lulista: a gestão armada dos territórios pelas Unidades Pacificadoras de Polícia e seus assemelhados no Brasil afora, política social armada em torno da qual cristalizou-se um “consenso macabro” entre esquerda e direita – aliás, uma boa descrição da *pax lulista* que agora se quebrou.

Antes de passar adiante, relembro que, à pacificação nos territórios convulsionados da espoliação, contrapunha-se uma outra pacificação, com aspas próprias também, correndo no andar superior das camadas dirigentes, sempre que seus pactos fundadores se rompiam, um mecanismo de absorção de dissidentes, com frequência beligerantes, que pode ser observado em funcionamento, por exemplo, nas inúmeras anistias de nossa história republicana – desaguadouro recorrente dos golpes e contragolpes nos quais se exprime a violência característica do mando proprietário entre nós. No âmbito superior dessa esfera de comando, pacificar é selecionar quem será readmitido e eliminar os irrecuperáveis. Outro consenso sombrio, daí a lembrança: é que em nossa última anistia, a de 1979, cuja cláusula infame não preciso recapitular, a iniciativa de apresentá-la como uma pacificação, e justamente pelo esquecimento, pacificação da família brasileira, como se dizia, deveu-se em grande parte às esquerdas interessadas em reabrir rapidamente o jogo político-institucional. Muitas marchas e contramarchas depois, “Transição” e “Pacificação” tornaram-se a rigor intercambiáveis; por definição, processos sob ameaça constante de retrocesso e por isso intermináveis.

Vem daí a ansiedade perene no coração progressista da esquerda legalizada no processo – e processo de paz: nenhuma nota dissonante na pacificação em curso; mas nesse temor pela paz, começa a falar mais alto o *lado B* do Estado de Direito reconquistado, a pacificação a caminho nos territórios também por reconquistar. Daí as obsessivas campanhas, o fantasma das cidades partidas. E, no fundo, o progressismo da página virada, do esquecimento reconciliador, cumprido é claro o dever de memória. Por isso, Junho assustou. E por todos os lados. A massa conservadora nas ruas, ao seu modo, também

estava dizendo que a guerra deflagrada em 1964 não acabara, ou pelo menos, estava relembando as cláusulas pétreas do armistício.

Retomo o fio, lembrando que naquele mesmo ano das observações de Vera Malaguti acerca da genealogia brasileira das pacificações, um telegrama de diplomata norte-americano baseado no Rio, vazado pelo *WikiLeaks*, revelara as afinidades eletivas entre as políticas das UPPs [*Unidades de Polícia Pacificadora*] e a estratégia norte-americana de contrainsurgência, desenvolvida no Vietnã e replicada no Afeganistão e no Iraque: a pacificação pelo medo de aldeias presumidamente sob influência vietcongue, o trabalho de conquista de corações e mentes, a receita básica primária, de cuidados médicos a esportes, precedida pelo *script* militar que se sabe: cerco, eliminação de lideranças, tortura aleatória, etc. O pesquisador e militante Eduardo Tomazine logo registrou a convergência, chamando de “Doutrina da Pacificação” todo o pacote, que incluía em seu núcleo estratégico a multiplicação de dispositivos de “governança” econômica – da *bancarização* ao empreendedorismo de araque. Em outras palavras, ainda gringas, “limpar, manter e construir”, traduzidas por Vera em bom português para “território pacificado” e “pobres controlados”. Em resumo: campo aberto para o que de fato está rolando: a gestão policial da vida, que a caminho do Rio já havia passado por Medellín e Bogotá. Fazendo trabalho de campo no Rio na mesma época, Maria Helena Moreira Alves, também puxara pelo mesmo fio: pelas pacificações de Duque de Caxias, chegara igualmente às UPPs, passando pelo Vietnã. (Os elos dessas sequências a rigor podem ser reconhecidos em toda a longa história de construção capitalista das periferias, desde a conquista da Argélia pela França, até a gestão britânica da parte que lhe coube no Oriente Médio retalhado pelo Tratado Sykes-Picot: governo por decretos, massacres administrativos, “pacificações”, etc. As tecnologias sociais da exceção nasceram naqueles laboratórios.) Tudo isso antes de Junho. Depois, foi o que se viu e ouviu: que Junho no fundo, no seu coração vermelho de nascença – que os brancos afogaram no pau –, teria sido uma onda despacificadora, ameaçando rebentar naqueles territórios sob controle da mão dura e dos programas sociais de formalização econômica. Um fantasma talhado para confirmar a neurose objetiva que antecipara, como um plano de contingência no vazio, medidas de contrainsurgência imaginária.

O problema é que essas guerras imaginárias são letais. Numa entrevista de 2014, Maria Helena Moreira Alves, depois de ressaltar a plena vigência da doutrina de segurança nacional “com desenvolvimento”, observando de passagem que Lula não entendeu nada quando Obama lhe disse que ele era “o cara”, concluiu que o Brasil se encontra de fato

numa situação de rebelião popular, que não é obviamente uma guerra civil, nem própria nem impropriamente dita, mas, tal como ficou dito a respeito dos recorrentes e autodestrutivos motins franceses, explosões sociais do tipo quebra-tudo e queima-tudo, seguido de mais repressão e, lá na frente, mais do mesmo. Junho assombrou porque mudou a coloração política de tudo isso. A polarização nas redes tingindo o conjunto com as ameaças recíprocas de linchamento e fantasias assassinas assemelhadas. Mas sobretudo assustou porque todo o mundo sentiu, vindo lá de baixo, o recado que desta vez vai ter resposta. Demasia? Volto às análises do sociólogo Gabriel Feltran, às suas considerações sobre a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. A seu ver, que a metáfora da guerra, os inimigos a combater, tenha livre curso entre favelas e elites, suplantando de vez a desgastada imagem política de uma comunidade de cidadãos, tem a ver sim com o fato de que uma parcela da população vive em guerra. Aviso aos navegantes: nada disso esperou nenhum golpe-de-novo-tipo para acontecer e voltar a acontecer. Uma parcela da população vive em guerra. Não só os milhões de adolescentes e jovens negros sabem de que lado estão numa guerra que para eles se apresenta como um horizonte de vida, como os mais de 130 mil policiais também sabem o que é a guerra – e aliás há vinte anos vivem numa guerra particular cotidiana com os irmãos do PCC, e tudo isso numa São Paulo democrática, cosmopolita e ciclista.

São esses alguns dos *fronts* que atravessam o público-alvo, a despeito de todos os dispositivos de pacificação (ou por isso mesmo), salvo o último sobranço, como lembrado e relembrado até aqui: o nexos do dinheiro cimentando o governo seletivo da pobreza com o desenvolvimento mercantil – daí o foco no consumo dos pobres como projeto político fundamental. Quando faltar o dito cujo, pouca coisa vai sobrar.